

Roberto Verdum / Luis Alberto Basso / Dirce Maria Antunes Suertegaray

Organizadores

# Rio Grande do Sul



Paisagens e Territórios em Transformação

# Rio Grande do Sul

Paisagens e Territórios em Transformação



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO RIO  
GRANDE DO SUL

---

Reitor

**Carlos Alexandre Netto**

Vice-Reitor e Pró-Reitor  
de Coordenação Acadêmica

**Rui Vicente Oppermann**

---

**EDITORA DA UFRGS**

Diretora

**Sara Viola Rodrigues**

Conselho Editorial

**Alexandre Ricardo dos Santos**

**Carlos Alberto Steil**

**Lavinia Schüler Faccini**

**Mara Cristina de Matos Rodrigues**

**Maria do Rocio Fontoura Teixeira**

**Rejane Maria Ribeiro Teixeira**

**Rosa Nívea Pedroso**

**Sergio Antonio Carlos**

**Sergio Schneider**

**Susana Cardoso**

**Valéria N. Oliveira Monaretto**

**Sara Viola Rodrigues, presidente**

Roberto Verdum / Luis Alberto Basso / Dirce Maria Antunes Suertegaray  
Organizadores

# Rio Grande do Sul

## Paisagens e Territórios em Transformação

Segunda Edição

**UFRGS**  
EDITORA

© dos autores  
1ª edição: 2004

Direitos reservados desta edição:  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto  
Revisão: Maria da Glória Almeida dos Santos  
Editoração eletrônica: Fernando Piccinini Schmitt  
Editoração adicional: Luciane Delani

---

R585 Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação. / organizado por Roberto Verdum, Luis Alberto Basso e Dirce Maria Antunes Suertegaray. – 2. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. 360p. : il. ; 16x23cm

Inclui figuras, gráficos, quadros e tabelas.  
Inclui referências.

1. Geografia – Rio Grande do Sul. 2. Paisagens – Transformações – Degradações ambientais – Reconstrução. 3. Problemas ambientais – Brasil – Rio Grande do Sul – Ações políticas – Ações técnicas. 4. Paisagem metropolitana – Transformações – Degradação da água – Bacias hidrográficas. 5. Bacia hidrográfica – Rio Ibicuí – Qualidade da água. 6. Sociedades humanas – Integração – Relações dinâmicas – Natureza. 7. Disputas territoriais – Aspectos econômicos – Indutores de renda – Força produtiva. 8. Transformações agrárias – Reforma agrária – Rio Grande do Sul. 9. Paisagens – Imagens – Representações. 10. Disputas territoriais – Território regional – Identidade – Gaúchos. 11. Geografia – Transformações espaciais – Educação formal – Educação informal – Relações – Sociedade gaúcha. I. Verdum, Roberto. II. Basso, Luis Alberto. III. Suertegaray, Dirce Maria Antunes.

CDU 911.375:504(816.5)

---

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.  
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0165-4

# Aspectos culturais e ideológicos da construção da regionalidade gaúcha

*Álvaro Luiz Heidrich*

O Brasil caracteriza-se por ser uma nação em que as regiões e os regionalismos têm demarcado profundamente a sua história política. A acessibilidade estreita ao poder central e o desenrolar de uma dinâmica de centralização-descentralização no país, têm sido as razões comumente apontadas da sustentação desse quadro. As origens remontam ao colonialismo e às oportunidades de saídas do mesmo como sistema econômico. A centralização, antes de ligar-se à subordinação de interesses locais ou à associação destes com os da Coroa, possui razão fundadora na existência de fundos territoriais – com recursos naturais e populações ainda não-incorporados a sistemas de domínio externos.<sup>1</sup> A internalização de fluxos econômicos, permitidos pela combinação entre a *fixação do valor* e o estancamento dos fluxos mercantis do sistema colonial, revelaram, por sua vez, dinamismos internos aos quais estiveram ligados vários movimentos autonomistas, como também ao surgimento de expressões regionalistas. Mas se levarmos em conta as razões que moldam as posturas regionalistas no contexto do Estado nacional moderno, como aquelas objetivadas pela definição da região com conteúdo político a ela re-

---

**Álvaro Luiz Heidrich** é doutor em Ciências (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo; professor no Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Este texto consiste em adaptação especial para esta obra do capítulo IV de *Além do Latifúndio*, intitulado “A construção da sociedade gaúcha” (Heidrich, 2000).

<sup>1</sup> A defesa desse argumento apresenta clara exposição em Antônio C. R. Moraes, “A dimensão territorial das formações latino-americanas”, 1994.

ferenciada (Markusen, 1981, p. 95), necessariamente não se deve entender o território nacional como totalmente compartimentado por regiões e seus regionalismos respectivos. A vontade política que busca a afirmação de domínios extensivos e generalizados ao território pode, além de consistir em regionalismo, caracterizar-se propriamente como um caso de nacionalismo. É, por exemplo, a situação apontada por Mônica Pimenta Velloso (1993, p. 89 e 94), referente ao período do primeiro pós-guerra quando se refletiu a crise dos valores da cultura europeia, em que até ali a cultura brasileira espelhava-se: “os intelectuais paulistas vinham insistindo na questão da hegemonia de seu estado, destacando-o como centro dinâmico da nação” O movimento associado ao modernismo deparava-se com uma controvérsia: enquanto dele partia a apresentação do Estado paulista como um ponto de partida da unificação nacional, como expressão da vida moderna, caracterizada pelos processos de urbanização e industrialização, a ele opunha-se o pensamento que foi expresso no Manifesto Regionalista do Nordeste – de 1926 –, defensor das tradições regionais e das regiões enquanto unidade de organização nacional. A polêmica introduzida com esta oposição propiciou a valorização da ideia que mesclava as diversas singularidades, então ameaçadas, pelas influências alienígenas à apresentação de São Paulo como “o cerne da nacionalidade brasileira”, através da idealização do paulista como o ser nacional, como o *herói geográfico* (p. 97-108). A base territorial da identidade cultural em construção apresentava-se duplamente referenciada: na nação e na região.

É característica do período republicano não só a busca de força política por parte das regiões, mas também o confronto de idéias sobre a nação brasileira. Vigoram duas dimensões de construção da nacionalidade: uma política, outra cultural. A primeira, como era fortemente influenciada pelos interesses econômicos regionais, produzia certa instabilidade que implicava a dificuldade na produção de um “pacto social básico” que fundamentasse a vida do país (Oliveira, 1990). Esse papel, acompanhando o raciocínio de Lúcia Lippi Oliveira, cresce na dimensão cultural enquanto fracassa a política.

A oportunidade de pensar *quem somos, quais são nossos vínculos e, se não somos mais súditos, a que pertencemos* (?), apresenta vários matizes. Embora não estejamos tratando neste texto do problema nacional,<sup>2</sup> é importante registrar que o caminho percorrido pelas idéias de nacionalidade debate-se entre a valorização do passado, a ruptura com o mesmo e a visão da nação pelo futuro e pelo moderno. Entre a dificuldade em ver a nação com destino

---

<sup>2</sup> Para o leitor que pretende avançar o estudo no campo exclusivo da identidade nacional, considere duas obras de Renato Ortiz como fundamentais: *Cultura brasileira & identidade nacional*, 1985 e *A moderna tradição brasileira*, 1989.

assegurado, devido à influência do evolucionismo que nos colocava em situação de inferioridade étnica, apresentam-se também os vieses do ufanismo e a disputa entre os centros culturais de São Paulo e do Rio de Janeiro como propagadores do nacional, entre outros. Estas visões sucedem-se até o momento em que o tradicional e o moderno são imbricados, já no Estado Novo, quando “a busca das verdadeiras raízes têm no tema regional o ponto de partida capaz de garantir a integração no todo nacional” (Diniz Filho, 1993, p. 195).

A valorização do regional no Brasil deita suas raízes naquele período em que, dada a não-integração cultural e econômica do país, a heterogeneidade geográfica passou a figurar como um atributo de nossa nacionalidade, como propunha o Manifesto Regionalista de 1926 (Oliven, 1992, p. 31-45). Durante o Estado Novo, quando houve nítida intenção de parte do poder central em consolidar o sentimento de nacionalidade,<sup>3</sup> não houve propriamente oposição à manifestação cultural de cada região, mas apenas era intenção combater o regionalismo “enquanto exacerbação dos vínculos afetivos para com a realidade local” (Diniz Filho, 1993, p. 98). Uma fusão entre centralização do poder e unidade nacional fazia parte deste contexto e o conservadorismo de feição positivista tinha uma

concepção [...] que apresenta a história como um processo evolutivo inexoravelmente determinado por princípios que se conservam ao longo do tempo como elementos do “subconsciente social”. Desta forma, qualquer transformação que represente uma ruptura para com as tradições de um povo significa apenas “desvio” dentro do processo de evolução nacional, acarretando sérios malefícios para a sociedade. (p. 55)<sup>4</sup>

Conforme o estudo de Lúcia L. Oliveira, três alternativas estavam à disposição dos construtores da nova nação. Em uma delas, a reabilitação da sociedade patriarcal nordestina, na qual o luso-tropicalismo formulado por Gilberto Freyre tem importância central, e noutras duas elegem-se tipos regionais como fundadores do nacional: de um lado, faz-se a ênfase no caráter do bandeirante, “moldado pelo espírito de aventura e aptidão para o trabalho” e de outro, no caráter do mineiro, que guardaria as qualidades em preservar os valores da civilização brasileira.

---

<sup>3</sup> Como tem sido enfatizado, o ato símbolo da valorização nacional sobre os regionalismos foi a queima das bandeiras estaduais. Outras medidas políticas mais duradouras e efetivas no âmbito da cultura foram constituídas pela nacionalização do sistema de ensino e a tentativa de construção de um sistema de comunicação de massas em âmbito nacional (Diniz Filho, 1993).

<sup>4</sup> Grifo meu.

A combinação entre moderno e tradicional, que conseguiu fundir um passado brasileiro, resgatando-lhe valores e projetando um futuro capaz de ser realizado por uma comunidade de interesses, de destino, também foi produzido pelo regionalismo gaúcho. Segundo Oliven (1991, p. 42), tanto o Partenon Literário como o Grêmio Gaúcho tinham

a preocupação com a questão da tradição e da modernidade. Ao mesmo tempo que tinham como modelo o que se considerava mais avançado na Europa culta [o positivismo comtiano], o Partenon evocava a figura do tradicional gaúcho e louvava seus abalados valores.<sup>5</sup>

Mas o mesmo não se projetou como elemento de composição do nacional. Além de a história gaúcha valorizar fatos não comuns às demais regiões brasileiras, como por exemplo, o contato fronteiriço, além de o Estado sulino opor-se politicamente a duas importantes regiões, as outras formulações eram de cunho mais apropriados ao nacionalismo no âmbito da cultura. Apresentavam elementos de tradição comuns, antepunham-se como elo de preservação e entendimento, e projetavam a expansão do moderno, da cidade e do industrialismo. O Rio Grande do Sul ofereceu a distinção cultural para compor a coexistência e, em termos de contribuição para o futuro, firmou-se nos princípios republicanos positivistas.

A construção das identidades próprias dos estados coexistiu com a produção do ideário nacional. O período, como coloca Otávio S. Dulci configurou-se como o da afirmação das várias elites em confronto, as quais “buscaram consolidar-se através da afirmação de peculiaridades regionais” (1984, p. 17).

No caso de Minas Gerais, a ideologia regionalista – a mineiridade – é identificada como “uma especificidade do comportamento político dos mineiros, de suas orientações e de sua postura política, [e] sugere-se na verdade a existência de uma subcultura política mineira, consistente com a ideia de um ‘caráter regional’” (p. 13). A noção de subcultura integra o fato ao âmbito nacional, como realidade não-autônoma. Esse caráter regional, como expôs Otávio Soares Dulci, é fruto de uma imagem cultivada pela elite regional, resultado do seu comportamento político na busca de benefícios e vantagens para si e para Minas Gerais junto ao poder central.

---

<sup>5</sup> Enquanto o Partenon reunia literatos preocupados em valorizar a cultura regional, o Grêmio Gaúcho propunha-se ao culto tradicionalista, através de festas, palestras e comemorações ritualísticas. Ver Oliven, p. 58-68. Para uma caracterização da literatura regionalista gaúcha ver José Clemente Pozenato, *O regional e o universal na literatura gaúcha*, 1974, e Elizabeth Rizzato Lara, *O gaúcho a pé*, 1985.

O fato das elites mineiras terem tido importância histórica nas articulações políticas para a composição do governo federal faz parecer que tal conjunto simbólico, embora caracterize uma particularidade regional, não se contraponha ao centro de poder e ao conjunto nacional como já ocorreu em relação ao Rio Grande do Sul. Objetiva, porém, a divulgação de uma especificidade de sua inserção na federação brasileira (Arruda, 1990, p. 108). Tanto é assim, que, nos períodos de regime fechado, a política mineira abandona o suporte da identidade regional. Ele torna a vigorar no contexto de restauração do regional, nos momentos de abertura política, como a partir de 1978, quando ressurge a necessidade da composição de articulações políticas para a sustentação do poder (Dulci, 1984, p. 27-28).

Os atributos da subcultura mineira, com sustentação na história particular, regional, são complementados por uma visão geográfica e bucólica, como uma determinação do caráter pela paisagem montanhosa e pelo meio termo; este, identificado pela diferença de Minas em relação a outras regiões brasileiras a existência de minifúndios que a diferenciariam das extensas posses territoriais em outros Estados. Isto, como se houvesse um equilíbrio natural, fato que não ocorreria sem as suas montanhas. O elemento geográfico complementa o fundamento do discurso que dá ênfase a uma *personalidade regional*.

Mas há um contraponto sobre a mineiridade, que diverge do modo de apresentá-la tão-somente como ideologia regionalista. Para Arruda, a mineiridade constitui propriamente como uma identidade regional que se compõe pelas dimensões mítica, ideológica e imaginária, e o memorialismo seria fundamental a todas elas (Arruda, 1990, p. 212).

Nesse sentido, há fatos fundadores como a Inconfidência e o drama de Tiradentes, assim como práticas sociais extraídas da realidade de Minas que permitiram a construção da identidade regional. Para Arruda, “o olhar para trás, com um misto de nostalgia e apreço exagerado”, já é uma peculiaridade dos mineiros (p. 198). Desse modo, a identidade não deve soar como falsidade, embora possa reconhecer-se o seu uso político. Ou seja, a identidade existe e a ideologia regionalista também.

No caso nordestino, *a seca* constitui uma marca regional. Como demonstrou Iná Elias de Castro, em torno dela constrói-se o *mito da necessidade*, que orienta o discurso para a captação de recursos que “devem vir de fora da região, já que, por causa mesmo da seca, ela não dispõe deles” (1992, p. 197). À política regionalista nordestina, a seca, ao contrário de fim, de ser o objeto da reivindicação e da luta regionalista, como em geral nas demais construções míticas, constitui meio para a obtenção de recursos governamentais a toda região. No caso, a afirmação regional é fechada por sua elite, reduzindo-se a negociações políticas com o poder central, ou seja: dá-se apoio aos projetos

governamentais em trocas de recursos “para a região”. Ao contrário da população regional participar da luta por soluções para a seca, a manutenção do cenário de calamidade assegura a existência da necessidade de permanente auxílio. Segundo o seu estudo, torna-se possível inferir que o regionalismo nordestino aceitou a condição periférica de sua região, por atender melhor aos interesses de sua elite, de atingir os benefícios econômicos via controle da burocracia do Estado.

A associação entre cultura e política é um aspecto que predomina nas afirmações que cumprem a função de tornar hegemônico um determinado interesse. Fazem da cultura um recurso da política. A dominação social quando apresentada abstratamente, dissimulada pelas relações aparentes de seus vínculos territoriais é, antes de tudo, ao olhar comum de cada conterrâneo, simples atividade econômica. Constitui-se como empresa que capta valorização simbólica a partir do pertencimento territorial, que faz parte da realidade imaginada como lugar de convívio e por isso adquire propriedade relativa à amplitude do todo social territorialmente identificado.

## PECULIARIDADES GAÚCHAS

A afirmação da regionalidade, como temos visto, constrói-se pela captura de peculiaridades. No Rio Grande do Sul origina-se da síntese produzida a partir da contextualização do ocupante do território: em primeiro lugar, do guerreiro e, em seguida, do modo de vida pastoril. A síntese expressa o fazer guerreiro como necessidade, a partir dele a relação com o meio e com a nacionalidade e, contextualizado no meio, a produção da sobrevivência. Sobressai um conjunto de atributos que denotam as peculiaridades regionais. Elas são preconizadas pela condição fronteira do território, pelo horizonte aberto, a paisagem de campo, um espírito de luta que foi revelado ao longo da história, o desejo de ser nacional e a defesa territorial. Enquanto para Minas o *mito da fundação* personifica em Tiradentes o herói, no Estado sulino ele é difuso num personagem que muitos podem assumi-lo: *o gaúcho*. Tal figura, na origem desprezada por seu caráter bandoleiro, após a sua assimilação como peão de estância, ou guerreiro nos enfrentamentos como as Revoluções Farroupilha, Federalista, a Guerra do Paraguai, passou a ser cultuado como o tipo representativo do Pampa<sup>6</sup> (Gonzaga, 1980, p. 113-132). A implantação do mito completou sua vestimenta, incluindo-lhe adereços enobrecedores,

---

<sup>6</sup> Denominação genérica do campo, do Rio Grande do Sul à Argentina.

bem como passou à descrição de seus hábitos e costumes, filtrando o estilo bárbaro e enobrecendo o rústico. Os atributos e peculiaridades que fazem parte do simbolismo ressaltam, por exemplo, a valentia, a bravura, a qualidade de defensor, de fidelidade a uma causa ou paixão, ser guerreiro e livre. Tal identidade cabe-lhe por sua condição inicial de trabalhador na estância, que *vagueia* por campos de horizonte aberto, pela necessidade da valentia para a defesa do “seu” território e do gado que é sua razão de sustento, por ter paixão de sua condição e, por tudo isso, ser fiel ao estancieiro que lhe aparece como igual, posto que também é “gaúcho”. A personificação geográfica e histórica enaltece a condição fronteira, vinculada à ideia de defesa e do desejo de ser nacional. O discurso completa-se, assim como para os mineiros, com a forma bucólica da descrição da paisagem que além do pampa, enaltece as coxilhas (colinas) e o “minuano” (vento forte de direção sul, frio e seco). Dos traços significantes do gaúcho como o tipo social representativo do pampa sul rio-grandense, a maioria dos autores destaca a influência étnica castelhana, charrua e portuguesa. Em termos de comportamento social fala-se de “atitudes cavalheirescas e de espírito bravo”.

A seguinte passagem de um texto de Apolinário Porto Alegre, em parte ilustra a caracterização:

Quem doma a vaga e o potro não pode aspirar outras realezas. Ergueu-se muito alto. Será um selvagem, mas é uma *energia de caráter*; não terá a frase de alambique de nossos salões, mas imprimirá em cada palavra a lhaneza e a *sinceridade*; não trajará pelo figurino de Paris, que muitas vezes contrafaz o gesto, mas usará o *vestuário nacional*, inspiração de nosso sol; enfim não manejará uma pena quase sempre embebida no fel da política, não fará discursos tão estrondosos quão ocos, mas saberá *guardar as fronteiras* e salvar os brios, *a honra e a integridade da grande nação brasileira*, comprometida pelos abusos dos que escrevem e dos que falam.<sup>7</sup>

No Rio Grande do Sul “a ênfase das peculiaridades e a simultânea afirmação de pertencimento ao Brasil constitui um dos principais suportes da construção social da identidade gaúcha que é constantemente evocada, atualizada e repostada” (Oliven, 1989, p. 3). Tal ênfase deve ser considerada o aspecto mais contundente e próprio do regionalismo de inserção nacional. Não há contradição, mas apenas uma inerência capaz de distingüí-lo do na-

---

<sup>7</sup> Pilungo, In: *Paisagens* (Zilberman, 1992, p. 62-63). Os grifos são meus. Não se tem o objetivo da análise literária que deveria primar pela abrangência dos estilos e dos temas. Além dos trabalhos já apontados aqui, deve-se registrar um dos mais conhecidos trabalhos de literatura regionalista: João Simões Lopes Neto, *Contos gauchescos e lendas do sul*, 1951.

cionalismo. A afirmação de pertencimento, ao emanar orgulho da sua condição coloca-se numa posição diversa da simples subordinação. Constitui dessa forma, um tipo especial de identidade territorial, inserido noutra mais abrangente. Do ponto de vista político a sua existência fundamenta-se quando as vantagens de pertencimento à nação são maiores para as classes dirigentes, do que a autonomia política e administrativa. Faz parte de uma estratégia que visa, ao menos relativamente, a autonomia interna e a força no conjunto nacional. Para o Rio Grande do Sul, estar ligado ao Brasil representou historicamente a possibilidade de acessar ao mercado nacional, o qual, fosse disputado em condições equivalentes com Argentina e Uruguai, teria exigido modificações significativas na estrutura da economia regional desde a época das charqueadas.

Partiria, entretanto, de uma ótica externa a primeira caracterização do gaúcho como tipo social regional. José de Alencar, apesar de não ter conhecido o Rio Grande do Sul, com *O Gaúcho* (1870), segue seu projeto de retratar a vida brasileira na sua diversidade. Apesar do romance ser apontado pelo distanciamento das significações do mundo vivido<sup>8</sup> é seu texto que lança as bases da expressão regionalista. Apresenta elementos centrais da História e da Geografia do Rio Grande do Sul para aquele momento a Revolução Farroupilha e o Pampa.

Entre os membros do Partenon Literário originou-se a reação ao romance de Alencar. Esta sociedade, criada em 1868, identificava-se àquele movimento gaúcho envolvido com a causa republicana e federalista, além, evidentemente, dos interesses associados à economia pastoril. Tornou-se conhecida a vinculação política da produção literária daquela associação de intelectuais.<sup>9</sup>

José Clemente Pozenato aponta o desagrado de Apolinário Porto Alegre à infidelidade do romance de Alencar com o linguajar e a representação do tipo regional, exageradamente solitário (p. 33). Dois anos adiante, *O vaqueano*, embora seguindo a arquitetura alencarina, enquadra a personagem no universo pastoril. Conforme a interpretação de Gonzaga, no texto de Apolinário “congraçam-se peões e fazendeiros, os mesmos *alamares* de prata, o mesmo suor, o mesmo cheiro da faina rústica, as mesmas bocas na cuia de chimarrão, os mesmos traços de caráter” (p. 129). Registra-se na obra a ideia de democracia que se tornaria uma espécie de tradição gaúcha, estendida inclusive às relações entre senhor e escravo.

Além do fato dos gaúchos verem-se frente à necessidade de superar um estigma de não-brasilidade, no sentido de se construírem com força política para a participação no todo nacional, internamente as diferenças que ocorriam seja no âmbito político como no econômico, hoje são apontadas por

---

<sup>8</sup> Ver sobre isto a análise de Sérgio Gonzaga (1980, p. 127-128).

<sup>9</sup> Ver em Regina Zilberman, *Roteiro de uma literatura singular*, 1992, p. 26-46, a caracterização desta orientação. Ver também em Gonzaga, op. cit., p. 122-126.

razões que influíram na construção da identidade regional (Costa, 1988, p. 78), referenciada no que então era tradição econômica e política. Quando a região não-pastoril começa a ensaiar um papel de liderança econômica no início do século XX, notadamente as zonas de imigração (de origem cultural diversa da contribuição ibérica), o *mito* já estava fundado.

O mito não era propriamente invenção, mas até certo ponto uma captura. Nesse sentido, o registro de Pozenato (1974, p. 43) é bastante lúcido:

Quando os gaúchos ... aderem ao ideário romântico brasileiro, que propunha a criação de uma literatura autônoma, encontram no passado local, sem indecisões, a fonte da exaltação nativa. Era na figura do guasca, cercada da grandeza e da imaginação coletiva, e já “trabalhada” pelo cancionista popular. Verificou-se pois o que se chama de uma feliz convergência de propósitos.

Os românticos tomaram essa figura como a receberam, isto é, já idealizada, já dotada de conteúdo romântico, e a engrandeceram segundo convenções da escola. Mais, transferiram ao peão da estância as qualidades heroicas do gaúcho primitivo.

Desde o início romântico do regionalismo literário gaúcho, caracterizado pelo andar entre o mítico e o documentário e, mesmo durante a vigência do realismo, há completa predominância da temática centralizada no tipo social gaúcho e suas ligações com o universo pastoril (p. 39). Este caráter atingiu seu ápice com a contribuição de Simões Lopes Neto, especialmente com *Contos gauchescos*, de 1912. Na obra, a personagem única – Blau Nunes –, é o próprio narrador. A união permite que a linguagem seja integralmente regionalista e popular. A concepção do gaúcho evocada em sua obra é completamente emaranhada pelo mito. Elizabeth R. Lara apontou os elementos conceituais do gaúcho mítico em Simões Lopes Neto pelo sentimento telúrico, percebido na fala da conquista do território e na defesa da fronteira, como também pela integração da personagem à paisagem; o espírito guerreiro; a coragem e a destreza; o apego aos animais (ao cavalo, especialmente); o desejo de aventura e atividade; e a nobreza de sentimentos, enumerados pela honestidade, lealdade e honradez (p. 27-30).

O mito, como se apresenta na condição de existência longínqua, como fato praticamente natural, permite que a referência ao passado misture-se a ele como origem das coisas, conferindo fidelidade ao argumento que nele se sustenta. No dizer de Pozenato, “o mundo começa a existir quando ele começa a falar” (p. 47). No conto, Blau Nunes é a referência da origem, à medida que a anuncia como um mundo sem dono do qual ele é sabedor; relata-o como natureza e cultura pré-existentes, a partir das quais vivifica nas relações societárias as ligações com esse mundo e a sua forma de apropriação. Desse modo, a partir de uma origem mítica, o regional ganha ares de argumento histórico.

Apesar de na origem a região apresentar-se sem dono, mostra-a apropriada culturalmente. Do mito à construção espelhada na história, os valores e atributos da personagem gaúcha assim mesclados, constituem reverência ao modo de vida pastoril. Este parece ser o elo que liga o mito ao mundo real sem perder-se de seus atributos. Como na terra preexistiam cultura e natureza, a apropriação se estende também aos seus atributos.

A fase modernista do regionalismo literário deixaria o mito com o passado, através da trilogia de Cyro Martins.<sup>10</sup> Sua obra é contemporânea da transformação e da decadência da estância pastoril. Além das crises de comercialização, também a subdivisão dos campos, a mestiçagem do gado e o êxodo da campanha apresentavam um quadro incongruente com a reverberação mitológica. Cyro Martins retratou a mudança tornando o gaúcho uma personagem real e desmitificada (Lara, p. 43).

Com intenção realista, Érico Veríssimo parte do mito para construir a imagem da decadência. Perpassando 200 anos de história, *O tempo e o vento* apresenta o ocaso do temário gauchesco no momento em que o Brasil Industrial estava prestes a integrar-se econômica e culturalmente. Nas palavras de Regina Zilberman “o romance só pode surgir quando os pilares que sustentavam aquele grupo começavam a ruir” (p. 76).

Mas nem por isso coloca-se a morte do regionalismo como sistema amplo. Além da literatura, o regionalismo de expressão popular – cancionário – e o culto de tradições permaneciam fortes. A identidade cultural de referência já há tempo ligara-se ao gauchismo. Apesar da sua decadência na literatura, o gaúcho, de personagem extraída do povo retornava a ele com auxílio institucional. Aquilo que Simões Lopes Neto e os demais escritores regionalistas haviam registrado tornou-se o discurso e o hábito dos Centros de Tradição Gaúcha (CTG).<sup>11</sup> Embora a sua atuação coordenada em todo Estado date da realização do I Congresso Tradicionalista, em 1954 e da criação do Movimento Tradicionalista Gaúcho (Oliven, 1992, p. 85), desde os finais do século XIX vinham se criando entidades tradicionalistas no Rio Grande do Sul. O Grêmio Gaúcho, fundado em 1898 pelo republicano e positivista João Cezimbra Jacques, tinha funções semelhantes ao Partenon Literário. Como registrou Oliven (p. 72-73), das palavras de Cezimbra Jacques, o Grêmio Gaúcho procura manter as tradições sem excluir os costumes do presente. A União Gaúcha de Pelotas, por sua vez foi criada pelo próprio Simões Lopes Neto, como vimos, o escritor regionalista gaúcho de maior expressão.

---

<sup>10</sup> A trilogia do gaúcho a pé compõe-se pelas obras *Sem rumo* (1937), *Porteira fechada* (1944) e *Estrada nova* (1954).

<sup>11</sup> Os CTGs são clubes que têm por objetivo principal o culto das tradições gaúchas, através da dança, da música, da realização de festejos, rodeios e desfiles em datas comemorativas.

## ASSIMILAÇÃO CULTURAL E CONSOLIDAÇÃO DA REGIONALIDADE NA CIDADE

Nessa época já se evidenciava a dicotomia social e geográfica entre as regiões de estância e as de minifúndio, entre as etnias luso-brasileira e as imigrantes. Os contatos entre as duas sociedades rurais eram mediados pelo comércio das cidades limítrofes àquelas regiões e alguns poucos casos do emprego da mão-de-obra dos agricultores familiares da zona minifundiária nos estabelecimentos rurais estancieros (Pebayle, 1975, p. 4-5). Nas zonas de imigração a incorporação dos “colonos” à política ocorria através do rígido controle da política municipal, conforme prescrevia a constituição castilhistas. Uma participação mais autônoma tanto dos teuto como dos ítalo-brasileiros ocorreria após a Segunda Guerra Mundial.<sup>12</sup>

Este isolamento entre as duas sociedades era enfrentado pelo governo gaúcho através de modificações introduzidas no campo educacional, tornando compulsório o ensino em língua nacional. A partir de 1920 o governo do Estado passou a abrir escolas públicas junto às comunitárias e, desde 1909 já condicionava as subvenções a estas, ao ensino de pelo menos duas horas diárias em língua nacional (Kreutz, 1994, p. 159). A repressão policial e o atendimento às necessidades da região colonial, como a abertura de estradas foram as duas outras medidas governamentais mais comuns para a integração de tais comunidades ao contexto regional e nacional (Gertz, p. 67).

A assimilação cultural das populações da região colonial pode ser vista pela aceitação da cultura regionalista. Um indicador deste fato é permitido a partir da observação da expansão dos clubes tradicionalistas (CTG) nestas regiões. Na observação de Tau Golin, em 1938 “o tradicionalismo deflorou a região imigrante”, com a fundação da Sociedade Gaúcha Lomba-Grandense (atual distrito do município de Novo Hamburgo) (p. 33). A partir da década de 40 estrutura-se a organização desses clubes nos atuais Centros de Tradição Gaúcha (CTG). O primeiro, de 1948, o Fogão Gaúcho, do município de Taquara (localizado em área de colonização alemã, próxima aos primeiros povoados açorianos), expunha com facilidade as diferenças etno-culturais. Isto também ocorreu em Ijuí, a primeira colônia de povoamento misto do Estado (de etnias alemã, italiana, eslava, etrusca, polonesa, etc.), situada em área de contato à estância pastoril, com a inauguração do Clube<sup>13</sup> Farroupilha em

---

<sup>12</sup> Conforme Gertz, o pangermanismo e o integralismo (este também era forte entre os italianos) foram fatores que mantiveram os imigrantes e seus descendentes menos integrados às instituições políticas dominantes no Rio Grande do Sul. Ver *O perigo alemão* (1991, p. 32-62).

<sup>13</sup> Ainda não havia o sistema de CTGs.

1943. A cultura do gaúcho passa a configurar-se num elemento aglutinador para a integração das duas sociedades numa única sociedade regional.

Em 1954, foi criado o Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF) e, em 1988, o ensino de “folclore” foi tornado obrigatório como parte da disciplina de Estudos Sociais, no sistema escolar estadual.<sup>14</sup> De certo modo, essas medidas contribuíram para a formação da identidade cultural assentada no mito, não somente indistinta entre vários segmentos étnicos que compõem a população sul-rio-grandense, como também no período mais recente (anos 70, principalmente) ganha valorização entre as classes médias urbanas (Golin, 1989, p. 31).<sup>15</sup> É oportuno lembrar que “[...] a construção mítica não ganharia vida, caso a problemática vivenciada no presente, por seres sociais, não lhes coloque questões e oportunidades objetivas para a mobilização de um tipo imaginário” (Arruda, p. 195) e, se a dimensão ideológica obtida através da instrumentalização do mito foi possível é porque conseguiu “dar a impressão de unificar os interesses de diferentes grupos sociais” (Oliven, 1992, p. 21).

É o que pode se depreender da distribuição das entidades tradicionalistas apresentadas no Quadro 1, segundo a regionalização do Rio Grande do Sul em sul, norte e nordeste. O sul constitui-se na área em que predomina a paisagem de campo e concentra-se o que se poderia entender por modo de vida pastoril e a estância. O norte caracteriza-se pela paisagem de planalto, onde originalmente se mesclam campo e mata, predomina a atividade agrícola de pequenos e médios estabelecimentos rurais. O nordeste é região de forte presença da influência de cidades, tanto na vida econômica, como na cultura. Trata-se de região que se estende de um eixo, ao sul, polarizado pela metrópole de Porto Alegre e, ao norte, pela cidade de Caxias do Sul. Compreende importantes zonas industriais, como o Vale do Sinos e de periferia metropolitana, além do Litoral Norte.<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> Não pretendemos adentrar na polêmica discussão sobre o folclore. O termo usado anteriormente reproduz a denominação oficial. Para uma compreensão conceitual do fato ver Florestan Fernandes, *O folclore em questão* (1978).

<sup>15</sup> A partir da criação do IGTF oficializou-se o gaúcho como tipo social representativo. O instituto, posteriormente foi transformado em fundação, passou a ter o apoio oficial do Estado.

<sup>16</sup> Esta regionalização, com o propósito de diferenciar o Rio Grande do Sul segundo regiões socioeconômicas, como demonstra a descrição acima, apresenta forte vinculação com os aspectos paisagísticos e culturais pertinentes a formação da regionalidade. Ver os critérios da sua formulação em Alonso, Bandeira, e Benetti, *Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul. causas e perspectivas* (1994). Considerei a mesma como expressão territorial dos interesses econômicos no Rio Grande do Sul, em *Além do Latifúndio* (2000).

**Quadro 1**  
ENTIDADES TRADICIONALISTAS NO RIO GRANDE DO SUL\*

Regiões	População (1996)		Entidades Tradicionalistas(1998)							
			CTGs		Piquetes		Demais entidades		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Norte	2.798.995	29,04	364	41,7	115	41,5	52	23,5	531	38,8
Nordeste	4.397.252	45,62	270	31,0	65	23,5	70	31,7	405	29,5
Sul	2.441.435	25,33	238	27,3	97	35,0	99	44,8	434	31,7
Total	9.637.682	100,00	872	100,0	277	100,0	221	100,0	1.370	100,0

Fonte: Fundação IBGE, Movimento Gaúcho de Tradição e Folclore.

\* Os Centros de Tradição Gaúcha compõem a maioria dos clubes tradicionalistas. Além destes, entidades similares também filiadas ao MTG apresentam outras denominações como: Centro de Folclore e Tradições Gaúchas, Centro de Tradição e Nativismo, etc. Alguns destes conservaram a denominação que possuíam anteriormente à criação do Movimento Tradicionalista Gaúcho. Várias entidades tradicionalistas constituem-se em departamentos de clubes recreativos, empresas ou outras associações. Nesta última condição, em grande número, caracterizam-se pela formação de grupos de danças, denominados por Grupo de Tradição e Folclore ou Departamento de Tradições Gaúchas.

A ocorrência de entidades tradicionalistas é numericamente superior na região Norte, e se notarmos que aí localizam-se cerca de 40% das mesmas enquanto a população regional é cerca de 30% da população do Estado, também em termos relativos sobressai a supremacia dentre as demais regiões. Por outro lado, a proporção de CTGs no Sul apresenta certa coerência com a participação da região na população estadual. Em relação ao nordeste, reproduz-se a tendência observada na tabela anterior, de ser a região onde o evento regionalista apresenta menor evidência relativa; nela a relação de entidades tradicionalistas para o tamanho da população é bem menor.

É importante fazer o registro de duas observações: o espalhamento destas entidades pelo território do Rio Grande do Sul, inclusive na região de predominância de cultura urbana e até mesmo, a maior presença relativa, assim como média, no Norte, área de não-predominância da estância pastoril, na qual se fundamenta a representação do simbolismo regional. Nesse sentido, é expressiva a generalização deste culto regionalista.

Isto também pode ser notado pela difusão, a partir do início dos anos 70, da ampliação da expressão musical de caráter regionalista. Ao final dos anos 90 eram quase 50 festivais que ocorriam anualmente no Rio Grande do Sul, os quais distribuíam-se por vários pontos de seu território. Possuem entre eles diferenciações quanto aos critérios de seleção das músicas, definindo

orientações, bem como uma produção musical diversa. Embora não sejam, completamente a antítese um do outro, basicamente diferenciam-se entre a tradicionalismo e nativismo. Enquanto a primeira orientação se apresenta como defensora fiel dos valores originais da cultura gaúcha, a segunda apresenta-se mais “atualizada” tanto no enfoque do que representa como na utilização de recursos musicais.<sup>17</sup> Considerando-se a representação que fazem, se assemelham à distinção existente no regionalismo literário, conservando, evidentemente, o tradicionalismo os aspectos mais românticos e o nativismo, uma expressão muito mais contemporânea da realidade regional. Segundo o estudo de Rosângela Araújo, predomina a temática em torno do tipo social e, a eles associados, os fatos ligados à existência e à natureza. Revela-se também o predomínio do universo pastoril como a ambiência do tipo social e a associação deste como o bem, oposto à cidade como o mal (p. 89-116).

Além da música, os festivais se caracterizam pelo conagraçamento e pelo rito. Em muitos deles, paralelamente se realizam jogos e atividades esportivas, culinárias, bailes, tudo em conformidade regionalista. O fogo de chão – um braseiro para assar carne e aquecer água de mate –, jogo de bocha, rinha de galo, o arroz de carreteiro e vários tipos de danças como o xote, o vanerão etc., estão costumeiramente presentes nestes eventos (Braga, 1987, p. 72-74).

Como se pode ver a partir do Quadro 2, também se observa que em todas as regiões ocorre o fenômeno apontado, com tênues diferenciações que destacam a concentração dos festivais na região Sul. Apresenta coerência o fenômeno que “canta” o regionalismo de origem gaúcha apresentar-se em maior densidade na região de origem do mito regionalista. Também é coerente a ocorrência de menor número na região mais urbanizada, a Nordeste, mais distante daquela realidade cultural. O Norte, região agrícola e de contato entre campo e mata, apresenta crescimento acentuado da citada ocorrência, aproximando-se ao Sul ao final do período.

---

<sup>17</sup> A distinção é bem documentada no trabalho de Rosângela de Araújo (1987, p. 75-87).

**Quadro 2**  
FESTIVAIS DE MÚSICA REGIONALISTA NO RIO GRANDE DO SUL

Regiões	1983		1986		1998	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Norte	09	33,4	11	27,5	18	39,1
Nordeste	07	25,9	09	22,5	08	17,4
Sul	11	40,7	20	50,0	22	43,5
Total	27	100,0	40	100,0	48	100,0

Fonte: *Cadernos Gaúchos*, n. 8, Fundação IGTF; Rosângela Araújo, *op. cit.*; arquivos da Fundação IGTF.

Nilda Jacks tem estudado o papel da mídia e da indústria cultural no reforço da identidade regional gaúcha (1987 e 1993), especialmente a atuação da Rede Brasil Sul de Comunicações<sup>18</sup> – no ramo da TV é afiliada a maior rede nacional –, que apresenta entre 15% e 20% de programação local/regional. Esta rede possui canais filiados nas principais cidades gaúchas, nas quais produz-se o noticiário local. Destaca ainda de sua programação regional a apresentação do Galpão Crioulo, que desde 1983 dedica-se à mostra da música regionalista gaúcha. Depois do sucesso deste, vários outros canais de TV passaram também a transmitir semelhante programação. Dessa forma, a atuação centrada numa estratégia regional de programação, associada à rede nacional de maior audiência, reforça o sentimento de pertencimento do receptor ao território gaúcho. Este se expressa como na estratégia simbólica e mercadológica utilizada pela rede a partir de 1992: *RBS TV, aqui o Rio Grande se vê* (Jacks, 1996, p. 34-35). Nesse sentido, a identidade que a recepção proporciona, além do vínculo de territorialidade, a ideia de um passado heroico e da distinção dos gaúchos em relação aos demais brasileiros permite obscurecer diferenças de classe, sexo e idade.

## O REFORÇO DE UM CERTO REGIONALISMO

As circunstâncias históricas levaram o Estado do Rio Grande do Sul a incumbir-se da administração e do governo de um território segmentado

<sup>18</sup> A RBS, no ramo de comunicações, além de controlar a maior rede regional de TV, controla também uma rede de emissoras de rádio, a qual na capital do Estado praticamente detém uma rádio para cada segmento de audiência; e também é proprietária de um dos mais importantes diários do Rio Grande do Sul, o jornal *Zero Hora*.

econômica e culturalmente, com inserção subsidiária ao conjunto nacional. De um lado a existência do estigma da não brasilidade e a necessidade de acessar ao poder central e de outro o fracionamento no interior da própria elite, o surgimento de novos segmentos sociais dominantes e de diversa origem cultural, são as razões que fundamentam a necessidade de uma atuação mais efetiva no campo da afirmação da identidade regional, inclusive de forma oficial. A partir de 1920 generalizou-se o “esforço para criar uma imagem do Rio Grande do Sul que se assemelhe à do Brasil”, juntamente com o de valorizar a sua originalidade (Gutfreind, 1992, p. 20). Nesse objetivo o Estado do Rio Grande do Sul financiava as pesquisas historiográficas, “delegando responsabilidades a seus funcionários para a execução dos trabalhos”, os quais reorientaram a tendência dos estudos de vincularem a história gaúcha ao Prata.<sup>19</sup> Enfatiza-se a utilização do vocábulo “conciliação” e uma espécie de regeneração dos gaúchos que passou a dar-se através da reinterpretação da Revolução Farroupilha, afirmando-se que o Rio Grande teria submetido-se ao Império “porque acima das instituições colocava a unidade, a grandeza, a honra da pátria comum”.<sup>20</sup> Como demonstrou o estudo de Gutfreind, na desvinculação do Prata realizou-se a fundamentação do caráter do gaúcho nas condições geográficas, num claro interesse em legitimar a posse do poder em nível nacional na década de 1930.

Nesse sentido, *regionalismo* e *identidade regional* possuem dois campos de atuação: um reforça a identidade brasileira dos gaúchos e outro, produz a convergência de interesses para aquilo que lhe é regionalmente próprio, como a pecuária, a lavoura moderna, a indústria regional e, mais recentemente, a integração regional, evocando um papel que tanto a História como a Geografia já haveriam indicado. Não é demais lembrar a estreita relação existente entre as funções simbólicas do argumento regionalista e, por extensão, da identidade que o sustenta com o objeto da apropriação do regional, através da instrumentalização política do sentimento construído. Para Rosa Maria Godoy Silveira, consistem em: criar uma coesa articulação com a classe dominada, com as demais frações de classe dominante, além uma oposição na coesão de âmbito nacional (Silveira, 1984, p. 42-43).

---

<sup>19</sup> Gutfreind caracteriza a existência de duas matrizes historiográficas, uma platina e outra lusitana. Esta última fortaleceu-se com a proximidade e a efetividade dos gaúchos no poder central. Mas nem por isso o debate deixou de existir entre as duas. Para a autora “[compunham] tais matrizes um binômio tautológico, sendo uma a oposição permitida da outra” (p. 145).

<sup>20</sup> Aurélio Porto, 1934, apud., Gutfreind, p. 39.

## REFERÊNCIAS

- ALONSO, J. A. F.; BANDEIRA, P. S.; BENETTI, M. D. *Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul. causas e perspectivas*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Sigfried Emanuel Heuser, 1994.
- ARAÚJO, R. de. *Sob o signo da canção: uma análise de festivais nativistas do Rio Grande do Sul*. (dissertação de mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 1987.
- ARRUDA, M. A. do N. *Mitologia da mineiridade*. O imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BRAGA, S. I. G. *Festivais de canção nativa do Rio Grande do Sul: a música e o mito do gaúcho*. (Dissertação de mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 1987.
- CASTRO, I. E. de. *O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1992.
- CESAR, G. *História da literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1956.
- COSTA, R. H. da. *RS: latifúndio e identidade regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- DINIZ FILHO, L. L. *Território e destino nacional: ideologias geográficas e políticas territoriais no Estado Novo (1937-1945)*. dissertação de mestrado, São Paulo: Universidade de São Paulo/FFLCH, 1993.
- DULCI, O. S. “As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia” In: Ciências Sociais Hoje. *Anuário de antropologia, política e sociedade*. São Paulo: ANPOCS, Cortez Editores, 1984, p. 7-32.
- FERNANDES, F. *O folclore em questão*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- GERTZ, R. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1991.
- GOLIN, T. *A ideologia do gauchismo*. Porto Alegre: Tchê, 1983.
- GONZAGA, S. “As mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições da literatura”. In: DACANAL, J. H. e GONZAGA, S. (Org.). *RS: cultura & ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 113-132.
- GUTFREIND, I. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.
- HEIDRICH, A. L. *Além do latifúndio*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.
- JACKS, N. *Mídia nativa: um estudo sobre a cultura regional no Rio Grande do Sul e a sua relação com a indústria cultural*. Dissertação de mestrado. São Paulo: ECA/Universidade de São Paulo, 1987.
- . *A recepção na querência: estudo da audiência e da identidade cultural gaúcha como mediação simbólica*. Tese de doutorado. São Paulo: ECA/Universidade de São Paulo, 1993.
- . “Audiência nativa: cultura regional en tiempos de globalización”. In: *Estudios sobre las culturas contemporáneas*. Colima: Universidad de Colima, Época II, v.2, n.3, jun 1996, p. 25-40.

- LARA, E. R. *O gaúcho a pé*. Um processo de desmitificação. Porto Alegre: Movimento: Fac. Integradas de Santa Cruz do Sul, 1985.
- LOPES NETO, J. S. *Contos gauchescos e lendas do sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 10 ed., 1978.
- MARKUSEN, A. R. “Região e regionalismo: um enfoque marxista” In: *Espaço & Debates*. São Paulo: Cortez ed., Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, v.1, n. 2, p. 61-99, mai, 1981.
- MORAES, A. C. R. “A dimensão territorial nas formações sociais latinoamericanas”. In: *Revista do Departamento de Geografia*. São Paulo: FFLCH/USP, n. 7, 1994.
- OLIVEIRA, L. L. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- OLIVEN, R. G. “O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação controvertida”, In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: Vértice: ANPOCS, v. 3, n.9, p. 3-14. fev.,1989
- \_\_\_\_\_. “Em busca do tempo perdido: o movimento tradicionalista gaúcho” In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: Vértice: ANPOCS, v.6, n. 15, p.40-52, fev., 1991.
- \_\_\_\_\_. *A parte e o todo*. A diversidade cultural no Brasil-nação. Petrópolis: Vozes, 1992.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. *A moderna tradição brasileira*. *Cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PEBAYLE, R. “Os difíceis encontros de duas sociedades rurais” In: *Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: v. 20, n. 18, p. 3-22, 1975.
- POZENATO, J. C. *O regional e o universal na literatura gaúcha*. Porto Alegre: Movimento: Instituto Estadual do Livro, 1974.
- SILVEIRA, R. M. G. *O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional*. São Paulo: Moderna, 1984.
- VELLOSO, M P. “A brasilidade verde-amarela: nacionalismo-regionalismo paulista”, In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, v. 6, n. 11, p. 89-112, 1993.
- ZILBERMAN, R. *Roteiro de uma literatura singular*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.